 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2682/25	28/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA: GELIN	

PROCESSO (LO) 31.00639672/2025-40	PROCESSO ANTERIOR (LP+LI) 01-034545/18-02	COMPETÊNCIA Originária
EMPREENDEDOR (Razão Social) Arena Vencer Complexo Esportivo Multiuso SPE Ltda.		CNPJ 25.090.380/0001-23
EMPREENDIMENTO Arena Multiuso		REGIONAL Noroeste
LOCALIZAÇÃO Rua Christina Maria Assis, nº 202, Bairro Califórnia, Belo Horizonte – MG (Lote 001, Quarteirão 073A e 160, Zona Fiscal 531, Planta CP 252-073-M) – Índice Cadastral (IPTU): 531.073A.001 .001-2		
RESPONSÁVEL LEGAL Bruno Muzzi – CPF: 028.165.786-66		RESPONSÁVEL TÉCNICO Lais Rosa Leite – CREA-MG: 167613/D
CÓDIGO E ATIVIDADE(S) PASSÍVEL(IS) DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL F-06-08-1 Estádios esportivos (CNAE 93.11-5-00) E-04-01-4 Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares E-03-02-6 Canalização e/ou retificação de curso d'água		
PARÂMETRO DE ENQUADRAMENTO E PORTE F-06-08-1 - Área Útil = 179.487,00 m² - Grande Porte - DN 102/20 COMAM – Classe 6 E-04-01-4 - Área da Gleba = ≈ 19,11 ha - Pequeno Porte - DN 217/17 COPAM – Classe 2 E-03-02-6 - Extensão = 290 m - Pequeno Porte - DN 217/17 COPAM – Classe 2		
MODALIDADE DO LICENCIAMENTO Licenciamento Ambiental Trifásico – LAT		ETAPA DO LICENCIAMENTO Licença de Operação – LO
ENQUADRAMENTOS URBANÍSTICOS - Casa de shows e espetáculos (CNAE 90.03-5-00-02) – capacidade de Público = 60.000 pessoas - Parcelamento vinculado (lote área superior a 10.000 m² ou quarteirão dimensão superior a 200 m) - Edificações com mais de 20.000 m² de área total edificada - Edificações com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas		
OBJETO DA ANÁLISE: Retificação do Parecer Técnico nº 2608/25 – 2ª análise para concessão da Licença de Operação – LO		

O presente Parecer Técnico – PT nº 2682/25 trata da retificação do PT nº 2608/25, referente à análise do processo nº 31.00639672/2025-40, para concessão da Licença de Operação – LO do empreendimento Arena Multiuso, localizado na Rua Christina Maria Assis, nº 202, Bairro Califórnia, Regional Noroeste do Município de Belo Horizonte/MG (Lote 001, Quarteirão 073A e 160, Zona Fiscal 531, Planta CP 252-073-M).

Após emissão e assinatura do PT nº 2608/25, foram constatadas informações incorretas, erros materiais e ausência de anexo mencionado no documento. Portanto, visando sanar tais questões, fez-se necessário promover a retificação do conteúdo do parecer supracitado.

Isso posto, na página 20, onde se lê: (...)


“Quanto à ampla área disponível, observou-se a concepção do projeto envolveu a construção do estádio e sua estrutura de apoio, mas enfrentou limitações quanto ao parcelamento e ocupação do solo, especialmente pela inviabilidade de dispor o ELUP na gleba e pelo não atendimento integral da Taxa de Permeabilidade – TP, uma vez que foram incluídas áreas permeáveis não qualificadas em seu cômputo (como o campo de futebol e os taludes com declividade superior a 30%).

Em relação à facilidade de acesso, uma vez que foram incluídas áreas permeáveis não qualificadas em seu cômputo (como o campo de futebol e os taludes com declividade superior a 30%). em posição estratégica, circundado por importantes eixos viários da região metropolitana: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek (Via Expressa), Rodovia BR-381/262 (Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo) e Rodovia BR-040.” (...)



Assinante(s):
CLARISSA ORTIGA LEITE, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2682/25	28/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA: GELIN	

Leia-se:

Quanto à grande área disponível, nota-se que o tema compreendeu a construção do estádio em si e a sua estrutura de apoio, mas enfrentou fatores limitantes de parcelamento e ocupação do solo, como a inviabilidade de se dispor o ELUP na gleba e o atendimento pleno da Taxa de Permeabilidade – TP, já que ensejou inserção de áreas permeáveis não qualificadas no cômputo da TP mínima (campo de futebol e taludes acima de 30%).

Em relação à facilidade de acesso, acredita-se que esta foi a decisão primordial, pois o terreno localiza-se em posição estratégica circundante aos eixos viários relevantes da região metropolitana: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek (Via Expressa), Rodovia BR-381/262 (Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo) e Rodovia BR-040.

Já na página 40, onde se lê: (...)

“Entretanto, o parâmetro da TP por ter sido flexibilizado pelo COMAM, deve ser compensado, levando em conta que não se cumpriu a determinação da Nota 02 da Condicionante 03 da LP nº 0220/19:

“Toda a água captada pelo sistema de drenagem de fundo deve ser direcionada para reservatórios instalados junto ao campo, permeáveis, que permitam que ocorra a infiltração no terreno”. A esse respeito, foi indicado o item 10 do Parecer de Pendência nº 065/25 da 1ª CLI, não sendo atendido, que está replicado como condicionante da LO.

(...)

Leia-se:

Entretanto, o parâmetro da TP por ter sido flexibilizado pelo COMAM, deve ser compensado, levando em conta que não se cumpriu a determinação da Nota 02 da Condicionante 03 da LP nº 0220/19: *“Toda a água captada pelo sistema de drenagem de fundo deve ser direcionada para reservatórios instalados junto ao campo, permeáveis, que permitam que ocorra a infiltração no terreno”.*

A esse respeito, foi indicado o item 10 do Parecer de Pendência nº 065/25 da 1ª CLI, que não foi atendido e está replicado como condicionante da LO.

Enquanto na página 42, onde se lê: (...)

“A síntese do atendimento das condicionantes dos Anexos I e II da LI nº 0814/19 estão dispostas no Anexo I. Adiante serão explicadas considerações importantes sobre as condicionantes 2, 3, 5, 8, 11, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 44, 45, 46, 47, 48 e 49. Resolveu-se dar destaque em tais condicionantes, pois, em maioria, não foram plenamente atendidas, ou foram encontradas inconsistências no levantamento das informações do processo. Todas as pendências evidenciadas foram adequadas e indicadas como condicionantes da LO.” (...)


Leia-se:

A síntese do atendimento das condicionantes dos Anexos I e II da LI nº 0814/19 estão dispostas no Anexo I. Adiante serão explicadas considerações importantes sobre as condicionantes 2, 3, 5, 8, 11, 15, 18, 19, 20, 21, 44, 46, 47, 48 e 49. Resolveu-se dar destaque em tais condicionantes, pois, em maioria, não foram plenamente atendidas, ou foram encontradas inconsistências no levantamento das informações do processo. Todas as pendências evidenciadas foram adequadas e indicadas como condicionantes da LO.



Assinante(s):
CLARISSA ORTIGA LEITE, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 BELO HORIZONTE PREFEITURA	PARECER TÉCNICO 2682/25	28/10/2025	SMMA
		GERÊNCIA: GELIN	

Ademais, na página 63, onde se lê: (...)

“Adicionalmente, é importante destacar que a aquisição da área da Mata dos Morcegos foi apresentada como uma alternativa para o cumprimento da obrigação legal de manter uma Taxa de Permeabilidade (TP) mínima, que não foi atendida pelo empreendimento. Essa aquisição, embora aprovada pela SMMA, não deve ser interpretada como ato de “boa-fé” do empreendedor, mas sim como uma tentativa de corrigir alterações e modificações no projeto que resultaram no não cumprimento de obrigações legais previstas na legislação vigente.” (...)

Leia-se:

Adicionalmente, salienta-se que o enriquecimento arbóreo a ser promovido no ELUP – Mata dos Morcegos foi uma alternativa apresentada pelo empreendedor para se cumprir os critérios de arborização não efetivados na área permeável do campo de futebol. Essa alternativa, embora aprovada pela SMMA, não deve ser interpretada como ato de “boa-fé” do empreendedor, mas sim, como uma tentativa de corrigir concepção de projeto que resultou na não obediência de obrigações legais.

Por fim, fica acrescentado o Anexo II, concernente à síntese da análise das pendências elencadas no Parecer CLI nº 065/2025, que embora mencionado no PT nº 2608/25 não foi contemplado na sua consolidação.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2025.

Equipe Técnica:

Claudinéia Aparecida Pereira Coura – Socióloga – BM: 314.854-6

Dayane Cristina Taveira – Engenheira Civil e Engenheira Ambiental – BM: 325.105-3

Enerson Diego Havelange Mendes Dantas – Engenheiro Civil – BM: 314.302-1

Fabiana Nogueira Morais – Bióloga – BM: 314.227-0

Luciano Campos Vieira – Engenheiro Civil – BM: 84.377-X

Rafael Bruno de Freitas Azevedo – Engenheiro Ambiental – BM: 11.001-2

Thiago José Pimenta Alves – Engenheiro Agrônomo – BM: 314.225-4

Ciente: (Instrução de Serviço SMMA nº 001, de 03/05/18)

Clarissa Ortiga Leite – BM: 326.185-7 – Gerente de Licenciamento de Infraestrutura

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi – BM: 74.173-X – Subsecretário de Licenciamento e Controle Ambiental



Assinante(s):
CLARISSA ORTIGA LEITE, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANÁLISE DO ATENDIMENTO DAS PENDÊNCIAS DO PARECER CLI Nº 065/2025

ITEM	PENDÊNCIA	NOTA	STATUS DE ATENDIMENTO	COMENTÁRIOS DA ANÁLISE
1	Realizar a correção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGRSE e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde - PGRSS, de acordo com os apontamentos especificados no Anexo III.	Ver Anexo III com as orientações para correções nos planos.	Atendida com ressalvas	Foram apresentadas as correções, sendo necessário consolidar os planos atualizados. Indicada condicionante da LO.
2	Regularizar a instalação de banheiros químicos na ocasião de jogos e eventos esportivos conforme OFÍCIO SLU/DPNL n.º 001/2025.	A condicionante nº 25 da Licença Ambiental de Instalação nº 0814/19 não foi atendida em sua totalidade, pois não foi contemplada no Plano para os Serviços de Limpeza, Coleta Seletiva e Destinação dos Resíduos na Área do Entorno da Arena MRV a instalação de sanitários públicos móveis durante a realização de jogos e eventos, conforme descrito no TERMO DE COMPROMISSO PARA EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA "ARENA MULTIUSO", Tabela II – Diretrizes para o Funcionamento Provisório, Diretriz nº 5.	Acatada Proposta do Empreendedor	Inicialmente, foi acatada, com ressalvas, a proposta do quantitativo e posicionamento dos banheiros químicos em dias de jogos e eventos. Indicada condicionante na LO. Durante a vigência da LO deverá ser verificada a consistência das medidas e proposição de aperfeiçoamento, se necessário.
3	Comprovar a publicação do edital de utilização dos espaços do Teatro/Sala de Imprensa e da Esplanada por órgãos públicos e sociedade civil.	-	Atendida	Indicada condicionante da LO.
4	Apresentar relatório de desenvolvimento dos indivíduos plantados na esplanada, com avaliações sobre o desenvolvimento dos espécimes e capacidade atual de produzir sombreamento.	-	Atendida	Situação de sombreamento atual da esplanada está insatisfatória. Indicada condicionante da LO para monitoramento do paisagismo interno, incluindo sombreamento da esplanada.
5	Apresentar relatório detalhado relativo aos custos do empreendimento, com vistas a esclarecer os valores efetivamente aplicados no atendimento às condicionantes. Esclarecer, também, as divergências entre os valores indicados e o cronograma físico-financeiro apresentado no processo de parcelamento do solo.	Na análise do material protocolado, observou-se que a tabela denominada pela consultoria de "contrapartidas", contida à página 21, inclui, de maneira equivocada, obrigações relativas ao parcelamento do solo e às obrigações assumidas em virtude da assinatura do Decreto Estadual nº 604/2018, de modo que é necessário revisar o valor total informado. Além disso, verificou-se divergências significativas entre os valores informados no mesmo material e o cronograma físico financeiro apresentado para as obras de urbanização do empreendimento, sendo que estas diferenças deverão ser esclarecidas. Dessa forma, apresentar relatório detalhado de custos, que deverá conter a discriminação dos investimentos entre: a) Obrigações legais e urbanísticas inerentes ao processo de parcelamento do solo, com o mesmo detalhamento do orçamento apresentado durante a aprovação do parcelamento do solo; b) Custos diretamente vinculados à execução do empreendimento, inclusive custos associados aos equipamentos propostos na exposição de motivos encaminhada à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que resultou no enquadramento do empreendimento como de interesse social pelo Decreto Estadual nº 604/2018; c) Valores que, de fato, possam ser reconhecidos como condicionantes, excluindo aqueles relativos aos itens "a" e "b" acima, nos termos da legislação aplicável. O relatório deverá contemplar os custos para cumprimento integral das obrigações legais previstas para o empreendimento, nos três tópicos abordados, ressaltando o montante já aplicado e aquele ainda a ser investido.	Atendida com ressalvas	Atendimento da pendência foi insatisfatório, havendo fragilidades na composição de custos do empreendimento. Indicada condicionante da LO, que somente se mantém caso o COMAM delibere favoravelmente à aplicação da Lei Municipal nº 11.785/24.
6	Considerando que as obras de mobilidade são imprescindíveis para o funcionamento do sistema viário do entorno da Arena MRV e para a segurança na circulação de veículos e pedestres, apresentar proposta para mitigar os impactos gerados na operação do empreendimento, conforme apontados na análise da SMMUR.	Ver Anexo II - observações relacionadas às condicionantes 26, 27, 29, 30 e 33 do Anexo II e condicionantes 39 e 40 do Anexo I da LI 0814/19.	Não atendida	Empreendedor não atende as pendências e apenas esclarece que a análise dos itens não se insere exclusivamente no campo técnico, mas deve observar os limites e parâmetros legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 11.785/24.
7	Apresentar documento contendo esclarecimentos sobre a nova proposta de projeto de sinalização, justificando as alterações propostas em relação ao projeto aprovado.	Ver Anexo II - observações relacionada à condicionante 28 do Anexo II da LI 0814/19.	Não atendida	Proposta não acatada na CLI. Os órgãos envolvidos na análise se manifestaram contrários à exclusão das condicionantes da LI, conforme pleito do empreendedor, baseado na Lei 11.785/2024, uma vez que estas são fundamentais para mitigar os impactos da operação do empreendimento, estando de acordo com os princípios da pertinência, da previsibilidade e da proporcionalidade.
8	Considerando que a redução do número de vagas para veículos leves ofertadas pelo empreendimento foi aceita mediante a implementação de medidas de incentivo ao uso do transporte coletivo, apresentar proposta de melhoria na oferta desse tipo de transporte, baseando-se no estudo de linhas de ônibus aprovado pela BHTRANS.	Ver Anexo II - observações relacionada à condicionante 31 do Anexo II da LI 0814/19.	Não atendida	Indicadas condicionantes da LO.



Assinante(s):
CLARISSA ORTIGA LEITE, e outros...



ANÁLISE DO ATENDIMENTO DAS PENDÊNCIAS DO PARECER CLI Nº 065/2025

ITEM	PENDÊNCIA	NOTA	STATUS DE ATENDIMENTO	COMENTÁRIOS DA ANÁLISE
9	Apresentar cronograma de implantação do volume de 545 m³ restante do sistema de aproveitamento pluvial.	Conforme Parecer Técnico - PT nº 2740/23, dos 1595 m³, referentes ao projeto de aproveitamento pluvial, foram implantados 1050 m³, restando o valor de 545 m³ para atendimento pleno da condicionante.	Não atendida	Cronograma não apresentado. Propõe-se redução do volume pendente do sistema de aproveitamento pluvial de 545 m³ para 110 m³ em decorrência da revisão do cálculo do escoamento primitivo. Proposta não validada pela SMMA. Mais esclarecimentos estão detalhados no Tópico 11.6 do PT nº 2608/25. Indicada condicionante da LO.
10	Apresentar proposta de reservatórios permeáveis, equivalente a, no mínimo, a área do campo de futebol e mesmo volume de infiltração, conforme Condicionante 03 da LP nº 0220/19.	A nova proposta deverá atender ao disposto no Ofício GAB-PGM/EXTER nº 3373/2024 da Procuradoria Geral do Município, não sendo aceito o uso do sistema de aproveitamento pluvial existente e complementar e a irrigação dos jardins do estádio, como critério de permeabilidade do campo de futebol, pois são exigências distintas do licenciamento ambiental. Devido à dificuldade técnica de adequação em um sistema já implantado e construído de tamanha dimensão que é o caso da Arena MRV, a proposta de infiltração poderá ser em área externa e pública. Os reservatórios permeáveis a serem propostos deverão observar, no mínimo: a) serem dimensionados de forma a ter volume de infiltração proporcional à promovida pelo antigo gramado natural. Deverá ser utilizado método de Puls para uma chuva de duração de 10 mins e Tempo de Retorno de 10 anos; b) caso não haja área propícia dentro dos limites do empreendimento, deverão ser indicados locais em área pública, prioritariamente na bacia hidrográfica onde se encontra o empreendimento.	Não atendida	Não foi apresentada proposta do reservatório permeável para compensar a área do campo de futebol. Foi indicado apenas o cálculo do volume de reservatório de 190 m³, em equivalência à área do campo de futebol, que foi acatado pela SMMA. Indicada condicionante da LO.
11	Apresentar proposta de reservatórios permeáveis, equivalente a, no mínimo, ao sistema de infiltração forçada da área dos taludes com inclinação superior à 30%, contabilizados para atendimento da taxa de permeabilidade, conforme Nota 2 da Condicionante 03 da LP nº 0220/19.	Devido à dificuldade técnica de adequação em um sistema já implantado e construído de tamanha dimensão que é o caso da Arena MRV, a proposta de infiltração poderá ser em área externa e pública. Os reservatórios permeáveis a serem propostos deverão observar, no mínimo: a) serem dimensionados de forma a ter volume de infiltração proporcional à promovida pelo antigo gramado natural. Deverá ser utilizado método de Puls para uma chuva de duração de 10 mins e Tempo de Retorno de 10 anos; b) caso não haja área propícia dentro dos limites do empreendimento, deverão ser indicados locais em área pública, prioritariamente na bacia hidrográfica onde se encontra o empreendimento.	Não atendida	O empreendedor refez os cálculos do escoamento primitivo, mas não apresentou proposta de reservatório permeável equivalente às áreas permeáveis em taludes. A SMMA pondera que a infiltração forçada na área permeável em taludes poderá ser dispensada, desde que mantidas as condicionantes propostas na LO, quais sejam: a) reservatório de infiltração de 190 m³, referente à compensação da área do campo de futebol; b) implantação do restante do volume de 545 m³ do sistema de aproveitamento de água pluvial.
12	Retificar a informação sobre o cálculo da área de transferência do ELUP, indicada em vários trechos do documento "Relatório Técnico de cumprimento das condicionantes da LI nº 0814/19 (arquivo nomeado: 10.ARENA.MD.OLEI-LO_ED01_SMMA.pdf).	A área de transferência do ELUP não se deu em percentual expressivamente acima do exigido legalmente, conforme informado pela consultoria, pois envolveu o parcelamento da planta CP-252-013-G que continha áreas de domínio público (EUC, área verde e sistema viário) que foram desafetadas pela Lei Municipal nº 11.200/19. Além disso, agregou também outra gleba indivisa. Logo, o que ocorreu foi uma compensação de áreas públicas, como perfeitamente exposto nas Diretrizes para Parcelamento do Solo e nas plantas do parcelamento aprovado, plantas CP 252-073-M (estádio) e CP 252-074-M (ELUP), documentos instruídos pelo processo administrativo nº 01-080.544/19-10.	Não atendida	Percebeu-se que a consultoria não compreendeu a pendência. Tal pendência se motivou em razão da suposta alegação da consultoria de um benefício ambiental extra ao Município por uma entrega de área superior a 3x ao mínimo necessário ao ELUP. Nas informações complementares, consultoria informa que se reconhece o "entendimento" manifestado pela PBH, quanto à caracterização da área de transferência, mas destaca que, não é possível, do ponto de vista técnico, concordar integralmente com tal posicionamento. Diz ainda, que a discussão não altera, neste momento, o curso das aprovações dos CPs. Pede-se o encerramento da discussão e que seja considerado apenas o cômputo do processo de parcelamento conforme aprovado.



ANÁLISE DO ATENDIMENTO DAS PENDÊNCIAS DO PARECER CLI Nº 065/2025

ITEM	PENDÊNCIA	NOTA	STATUS DE ATENDIMENTO	COMENTÁRIOS DA ANÁLISE
13	Apresentar memorial descritivo de cálculo, em conformidade com a DN COMAM nº 73/12, atualizada pela DN COMAM nº 112/25, para fins de definição dos critérios de compensação ambiental do empreendimento.	<p>O Anexo II da LP nº 0220/19 (itens 01 e 02) indicou como medida compensatória a implantação de parque linear ao longo da área verde pública lindeira à Rua José Cláudio Sanches, conforme diretrizes da SMMA, nos termos da DN COMAM nº 73/12. À época, o cálculo estabelecido na DN COMAM nº 73/12 não foi realizado, tendo sido acatada a proposta de implantação de parque linear pelo COMAM. Ressalta-se que o terreno exposto na medida compensatória da LP foi o mesmo estabelecido para o ELUP (Mata dos Morcegos), exigência legal do parcelamento do solo. Em sequência, na LI nº 0814/19, foram estabelecidas as condicionantes 8 e 19, que relacionam ao projeto e implantação do conjunto de áreas formadas pelo ELUP e pela área verde já existente, lindeira à Rua José Cláudio Sanches, em conformidade à análise efetuada pela DGEA (...). Após as tratativas para aprovação do projeto do parque, o último parecer técnico emitido foi o de número 0699/23, datado de 14/04/2023, que acusou pendências no projeto, que até o momento não foram sanadas. Do contrário, a requerente solicita:</p> <p><i>"(...) a Arena MRV propõe que todo o terreno previsto para a implantação da ELUP e do Parque Linear sejam destinados a instalação do Parque Municipal da Mata dos Morcegos, com o objetivo exclusivo de preservação ambiental. O Parque será entregue à PBH cercado em todo seu perímetro, e devidamente arborizado com a execução dos plantios compensatórios nas áreas de APP, plantios nas áreas degradadas e enriquecimento arbóreo nas áreas florestadas".</i></p> <p>Dessa forma, é necessária a avaliação do cálculo de medida compensatória previsto na DN COMAM nº 73/12, pois tal medida se define como "condicionante", de caráter compensatório, sendo certo seu enquadramento na exceção prevista no §3º, art. 2º da Lei Municipal nº 11.785/2024. Isso porque, em essência, essa normativa institui o mecanismo da compensação ambiental para os efeitos de impactos de degradação ambiental não mitigáveis, com ônus para o empreendedor, a ser definido por ocasião do licenciamento ambiental dos empreendimentos que causem significativo impacto no meio ambiente, bem como para a efetiva reparação de prejuízo ambiental específico causado por atividade desenvolvida ou a ser desenvolvida.</p>	Atendida com ressalvas	Consultoria apresentou o detalhamento do memorial de cálculo da DN COMAM nº 73/12. Porém, o material não foi analisado, tendo em vista a conclusão das manifestações jurídicas da PGM detalhadas no Tópico 16 do PT nº 2608/25.
14	Apresentar comprovação do retorno do Instituto Estadual de Florestas - IEF sobre o Recibo Eletrônico de Protocolo nº 78170575, referente ao atendimento das medidas compensatórias do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA nº 0037982-D.	-	Parcialmente Atendida	Empreendedor apresenta retorno do Estado/IEF por e-mail sobre o status de análise das informações apresentadas no Recibo Eletrônico de Protocolo nº 78170575, referente ao atendimento das medidas compensatórias do DAIA nº 0037982-D. Entretanto, sabe-se que parte das obrigações do DAIA não foram executadas. Consultoria remete ao Estado informações de aprovações pendentes do ELUP, junto ao Município.
15	Esclarecer quais tipologias, porte, dias da semana e horários dos eventos pretendidos para a área da esplanada.	-	Atendida	Inserida condicionante na LO para simulação acústica prévia à qualquer liberação da esplanada para eventos.
16	Apresentar dados atualizados do funcionamento provisório e para operação do empreendimento.	As informações de operação deverão ser atualizadas, tendo em vista que os últimos estudos datam de 2018 e 2019 e que o empreendimento encontra-se em funcionamento provisório desde outubro/2023. Deverá ser esclarecido no mínimo: turnos e horários de funcionamento; histórico da programação passada de jogos, shows, eventos e atividades em geral, bem como a programação já agendada (especificar o calendário dos eventos ocorridos desde de 2023, os horários e os públicos alcançados); descrição dos usos dos espaços públicos e privados; controle de acessos; segurança; atividades auxiliares desenvolvidas pelo empreendimento e terceirizadas; número de funcionários fixos e flutuantes; operação do estacionamento; instalação de estruturas de apoio nos eventos; equipamentos utilizados; ações de comunicação com a vizinhança local e com a sociedade de forma geral; dentre outros.	Parcialmente Atendida	Informações apresentadas foram superficiais e pouco subsidiaram as análises do PT nº 2608/25.



ANÁLISE DO ATENDIMENTO DAS PENDÊNCIAS DO PARECER CLI Nº 065/2025

ITEM	PENDÊNCIA	NOTA	STATUS DE ATENDIMENTO	COMENTÁRIOS DA ANÁLISE
17	Apresentar levantamento ambiental simplificado e atualizado com análise quantitativa e qualitativa dos principais aspectos e impactos associados ao funcionamento provisório e para operação do empreendimento (matriz de impactos ambientais, com as respectivas proposições das medidas mitigadoras).	O levantamento/matriz deverá incluir no mínimo os seguintes aspectos: a) Ruídos e vibrações; b) Tráfego e mobilidade no entorno; c) Geração e destinação de resíduos sólidos; d) Geração de efluentes; e) Consumo de água; f) Consumo de energia elétrica e uso de geradores; g) Emissões atmosféricas associadas ao tráfego, especialmente de veículos pesados, à operação de equipamentos e à exaustão de cozinhas; h) Segurança ambiental e plano de contingência; i) Controle de fauna urbana e vetores; j) Inserção urbana e socioeconômica - impactos sociais e comunitários (reclamações da vizinhança, conflitos de uso, etc).	Parcialmente Atendida	Informações apresentadas foram superficiais e pouco subsidiaram as análises do PT nº 2608/25.
18	Apresentar novo estudo para a reconfiguração, se necessário, das Áreas de Influência Direta e Indireta do meio socioeconômico, considerando o alcance e a natureza dos impactos identificados no período de funcionamento provisório do empreendimento.	-	Parcialmente Atendida	Foi apresentada a nova configuração das áreas de influência do empreendimento com redução significativa da abrangência das repercussões no meio socioeconômico, em comparação aos dados do EIA/RIMA de 2018. Não foi dada justificativa técnica satisfatória para tal. Nas reflexões sobre a mobilidade urbana, sequer foram considerados o alcance dos impactos de congestionamentos do tráfego urbano em dias de jogos e eventos. Maiores detalhamentos podem ser obtidos no Tópico 14.8 do PT nº 2608/25. Inserida condicionante na LO para a realização de novo estudo com fundamentos técnicos embasados para redefinição das áreas de influência.
19	Apresentar os registros de reclamações/esclarecimentos de dúvidas da vizinhança feitos pelos canais de comunicação, bem como suas tratativas, desde o início do funcionamento provisório da Arena MRV até o presente momento.	-	Atendida	Inserida condicionante na LO para manutenção do canal de comunicação social e registros de reclamações do empreendimento.
20	Detalhar o quantitativo total e onde serão executados os plantios compensatórios na RPE e ELUP (Mata dos Morcegos), indicando separadamente: a) plantios relativos à reposição ambiental por supressão de indivíduos arbóreos isolados dentro do lote e para execução das obras viárias das áreas externas; b) plantios relativos à compensação da vegetação da área do campo de futebol (enriquecimento arbóreo).	-	Atendida com ressalvas	Consultoria se confunde com os mapeamentos das áreas de plantios do PTEA e informa quantitativo inferior dos plantios compensatórios. Esta pendência foi motivada para que se verificasse os entendimentos do empreendedor a esse respeito. Foram verificadas inconsistências no decorrer do processo, quanto aos quantitativos de reposições arbóreas derivadas das supressões de árvores isoladas autorizadas. Ao que parece, consultoria não considerou as supressões ocorridas para implantação das obras viárias do parcelamento do solo no entorno do empreendimento. Inserida condicionante da LO com o levantamento apurado das AIEs emitidas.
21	Apresentar o Projeto "as built", Relatório Fotográfico (com registro da data, contemplando todas as estruturas de drenagem executadas) e solicitar a vistoria para fins de comprovação de implantação do projeto aprovado.	Avaliar o impacto da substituição do gramado natural pelo gramado sintético nos dispositivos de drenagem projetados.	Parcialmente Atendida	Documentação apresentada foi incompleta, bem como, não foi solicitada a vistoria para fins de conferência do sistema de drenagem pluvial implantado. Inserida condicionante na LO.



Portal da Assinatura - PBH

8 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 11:27

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

PT_2682-25_retificaPT_2608-25_LO_ArenaMultiuso_28-10-25 (2).pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 13:48
Assinante: DAYANE CRISTINA TAVEIRA Matrícula: PR00325105
Hash da assinatura: A174C592388DFE1A61553FDFE6C11650BBAD676F Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 12:29
Assinante: RAFAEL BRUNO DE FREITAS AZEVEDO Matrícula: PR110012
Hash da assinatura: 08770DD73A758810735CA257F674BFB50F3090ED Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 11:34
Assinante: THIAGO JOSE PIMENTA ALVES Matrícula: PRCP3142254
Hash da assinatura: CFF0563DE6A8F89C3716654732F25EEDCBB889A2 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 11:32
Assinante: LUCIANO CAMPOS VIEIRA Matrícula: PR084377
Hash da assinatura: BB4F499332782E7A333B109660C454275EB0B7F9 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 11:31
Assinante: FABIANA NOGUEIRA MORAIS Matrícula: PRCP3142270
Hash da assinatura: DEE41FB6C9EB2754BB3B217883E4B9050EEBF490 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em terça-feira, 28 de outubro de 2025 às 11:27
Assinante: CLAUDINEIA APARECIDA PEREIRA COURA Matrícula: PRCP3148546
Hash da assinatura: 05CFCCBD8665466704C7BCD752B5B464A2DA5CB4 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Assinante(s):
CLARISSA ORTIGA LEITE, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.